

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 377 - Brasília, quinta-feira, 19 de dezembro 1996



A aprovação das novas regras para o ITR, consideradas capazes de mudar o perfil do campo, foi recebida com aplausos pelo plenário

## Declarações de Menem geram polêmica

A promessa do presidente da Argentina, Carlos Menem, de conceder incentivos fiscais às montadoras de automóveis de seu país, caso o Brasil mantenha a intenção de assegurar tais benefícios às companhias que se instalarem no Norte e Nordeste, provocou polêmica ontem no plenário do Senado. O senador Epitácio Cafeteira entendeu que o episódio fere a soberania brasileira. O senador Geraldo Melo, por sua vez,

recomendou que o caso seja examinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Ele sugeriu também que a Mesa do Senado requisiite cópias do pronunciamento do presidente argentino.

Página 6

## Congresso aprova novas alíquotas para o ITR

*Matéria, na forma de projeto de conversão apresentado por Jáder Barbalho, será enviada à sanção presidencial*

O projeto de lei de conversão, apresentado pelo senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), à medida provisória que aumenta a cobrança do ITR, foi aprovado na tarde de ontem, em sessão do Congresso Nacional, sob aplausos do plenário.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda, definiu as modifica-

ções aprovadas na cobrança do tributo como "uma verdadeira revolução, que consiste na modificação do perfil rural do País".

A decisão agradou a senadores de diversos partidos, governistas e da oposição. Jáder Barbalho explicou o seu projeto de conversão como fruto do contraditório, "o que de-

monstra a validade da existência do Parlamento". Manifestaram-se favoráveis à aprovação os senadores Roberto Freire (PE), líder do PPS, Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

A partir de agora, quanto maior e menos produtiva a terra, maior a alíquota a ser cobrada do ITR. Página 4

**Amorim contesta informações sobre Serra Pelada**

Página 7

**Senado dá urgência para treze matérias**

Página 2

**PT sugere afastar dois ministros por quebra de sigilo**

Página 3

# Senado concede urgência para treze matérias

*Entre os projetos incluídos na ordem do dia de amanhã, está o do senador Francelino Pereira sobre multas por atraso nos impostos*



Carlos Bezerra

## Bezerra pede informações a tribunal

O relator-geral do projeto de lei de Orçamento para 1997, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), entregou na tarde de ontem ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Homero Santos, pedido da Comissão Mista de Orçamento para que a corte envie informações complementares ao relatório sobre irregularidades ou falhas detectadas em obras à conta do Orçamento da União.

Segundo o senador, o presidente do TCU prometeu atender à solicitação em 24 horas, com o encaminhamento, à comissão, de duas listagens: uma relacionando as obras condenadas e outra sobre os indícios de irregularidades e/ou ilegalidades.

Em sete sessões extraordinárias realizadas na manhã de ontem, o plenário do Senado aprovou o caráter de urgência para a tramitação de treze matérias - um projeto de lei complementar, um projeto de lei da Câmara e onze ofícios solicitando autorização para operações de crédito. Todas essas matérias constarão da ordem do dia da sessão de amanhã (dia 20).

O projeto de lei complementar, de autoria do senador Francelino Pereira (PFL-MG), estabelece que a multa por atraso no pagamento dos tributos federais e contribuições será de 2%, sem prejuízo das de-



Francelino Pereira

mais penalidades estabelecidas na legislação em vigor. Já o projeto de lei da Câmara trata da carreira dos servidores do Poder Judiciário e fixa os valores de sua remuneração.

Nove ofícios solicitam au-

torização do Senado para a contratação de operação de crédito, sob o amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados, pelo Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo. Os outros dois ofícios referem-se a autorizações para operações de crédito solicitadas pelas prefeituras de Jundiá (SP), para a conclusão da segunda fase da barragem do rio Jundiá-Mirim, e de Campinas (SP), para o Programa de Combate às Enchentes do Município.

## Congresso acolhe 22 projetos de lei sobre créditos suplementares

O Congresso Nacional aprovou na tarde de ontem 22 projetos de lei de créditos suplementares e especiais aos orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Esta-

tais. Apenas a abertura de crédito para o Programa de Desligamento Voluntário, do Ministério de Administração e Reforma do Estado, já aprovada na Comissão Mista de Orçamento, deixou de ser apre-

ciada.

Os créditos foram destinados a órgãos do Poder Judiciário, Braspetro, Caixa Econômica Federal, Supremo Tribunal Federal e ministérios.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h30 - Recebe o ministro da Saúde, Carlos César de Albuquerque

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

### PLENÁRIO

10h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 68/96, que dispõe sobre prorrogação de prazo para renovação de certificado de entidades de fins filantrópicos e de cadastramento junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e anulação de atos emanados do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)

contra instituições que gozavam de isenção da contribuição social, pela não-apresentação do pedido de renovação do certificado em tempo hábil; \*PLC nº 108/96, que cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências; \*PLS nº 177/96 - Complementar, que dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 178/96 - Complementar); e **projetos de resolução** autorizando operações de crédito no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados.

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

# Quebra de sigilo leva Dutra a pedir afastamento de dois ministros

Líder do PT acha que Luiz Carlos Santos e Eduardo Jorge devem ficar fora do governo até a conclusão das investigações sobre o BB

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), trouxe ontem ao conhecimento do plenário nota oficial assinada pelo presidente do partido, José Dirceu, e por suas bancadas na Câmara e no Senado, na qual exige o imediato afastamento do ministro da Coordenação Política do governo, deputado Luiz Carlos Santos, bem como do secretário-geral da Presidência da República, ministro Eduardo Jorge Caldas, até que todas as investigações estejam concluídas sobre os fatos relacionados à quebra do sigilo bancário de oito deputados federais do PPB.

Segundo a nota do PT, diante desses fatos, o partido espera que se proceda à mais completa apuração dos acontecimentos, bem como a punição exemplar dos responsáveis. "Entendemos que se torna impossível a realização de uma investigação isenta enquanto os principais acusados permanecerem no exercício pleno de suas atividades no governo, de onde podem interferir no curso dos acontecimentos", afirma a nota.

José Eduardo Dutra infor-



José Eduardo Dutra

mou que, independentemente da ação inadivável que cabe ao governo, o PT prepara representação ao procurador-geral da República para que promova ação penal contra os ministros Luiz Carlos Santos e Eduardo Jorge Caldas por crime de responsabilidade. "uma vez que ambos se valeram do poder de suas posições para infringir direito individual dos parlamentares, no caso de sigilo bancário".



Romeu Tuma

## Romeu Tuma destaca apoio ao Líbano

Representante do Senado na delegação do governo brasileiro que participou da Conferência "Amigos do Líbano", realizada em Washington, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) informou ontem, em plenário, que o Brasil e os outros 29 países e oito organismos internacionais presentes firmaram o compromisso de ajudar o Líbano na recuperação dos danos provocados por 17 anos de guerra civil.

Todas as delegações também manifestaram-se favoravelmente à retomada do processo de paz na região e à busca de uma solução política que dê fim à ocupação israelense do sul do Líbano, disse o senador.

A tônica dos delegados presentes, segundo Romeu Tuma, foi a de registrar a importância da abertura de canais para uma intensa participação da iniciativa privada na reestruturação da economia libanesa. Alguns dos países já apresentaram seus planos de ajuda, centrados na abertura de linhas de crédito vinculadas à participação de suas empresas em projetos de reconstrução.

Romeu Tuma destacou o fato de o Brasil ter sido o único país latino-americano convidado a participar do evento. Tal posição de destaque, na opinião de Tuma, deve-se ao "crescente espaço e credibilidade que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso vem ganhando no cenário internacional".

## José Bianco alerta para gravidade da crise administrativa de Rondônia

O senador José Bianco (PFL-RO) alertou sobre os perigos que representa para Rondônia a crise de governabilidade que, a seu ver, atinge o estado em face dos desacertos administrativos do governador Valdir Raupp. Para Bianco, o governador "já dilapidou todo o capital disponível de credibilidade, de autoridade e de tempo, comprometendo, com isso, o presente e o futuro" daquela unidade da Federação.

José Bianco disse que desde abril do ano passado, quando percebeu "os primeiros sintomas da crise que hoje paralisa o governo e vitima o estado", tomou o cuidado de enviar correspondência ao governador, advertindo-o sobre as provi-

dências que se faziam urgentes para evitar o agravamento da situação.

Entre as sugestões que apresentou, conforme explicou, figuram as que dizem respeito às precárias condições tanto das rodovias de Rondônia como das forças locais de segurança pública. Segundo Bianco, embora o governador tenha se comprometido a entregar 1.000 km de estradas asfaltadas até o fim do seu governo, até agora, transcorridos dois anos,

foram entregues apenas 22 km.

- O calamitoso estado de nossas rodovias poderá impedir o escoamento normal das riquezas produzidas pelo povo rondoniense - garantiu o senador, lembrando que na estação das chuvas muitas regiões ficam completamente isoladas.

José Bianco criticou o aban-

dono em que se encontram as polícias Militar e Civil, que, segundo disse, não dispõem dos meios mínimos para cumprir sua missão. "Faltam veículos, munição, combustível e até papel para registrar as ocorrências", disse. Ele também responsabilizou o governo pelo "sucateamento" de outros órgãos públicos, como escolas, hospitais e postos de saúde.

Na opinião de José Bianco, generaliza-se, em Rondônia, "uma forte desconfiança" sobre os padrões éticos do governo estadual, em consequência de atos como o pagamento total da pavimentação de duas estradas ainda não concluídas.

O senador também parabenizou a Federação das Indústrias de Rondônia pela divulgação de documento intitulado *Proposta para Mudanças Estruturais do Estado*.



José Bianco

# Congresso aprova alterações no ITR

*Projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, Jáder Barbalho, vai agora à sanção presidencial. Decisão agradou a senadores de diversos partidos, governistas e de oposição*

Com aplausos dos parlamentares, o Congresso Nacional aprovou na tarde de ontem o projeto de lei de conversão apresentado pelo senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) à medida provisória que aumenta a cobrança do ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) para terras improdutivas e dispõe que, para efeito de desapropriação, o valor da propriedade será o mesmo declarado pelo proprietário para o pagamento do tributo. O presidente do Congresso, senador José Sarney, anunciou que a matéria agora vai à sanção.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), celebrou o acontecimento com um momento histórico. "Assistimos hoje a uma verdadeira revolução, que consiste na modificação do perfil rural do País. E isso respeitando o princípio de que o produtor rural que efetivamente produz não vai ser agravado", disse ele.

Por sua vez, o líder do PPS, senador Roberto Freire (PE), também disse que, embora vo-



Em sessão na tarde de ontem, presidida por Sarney, o Congresso aprovou modificações no ITR

tasse um projeto que sempre gerou polêmica, o Legislativo ali se encontrava quase em unanimidade, o que ele definiu como "um sinal dos tempos". Freire lembrou que, quando apresentou projeto modificando a cobrança do ITR, o então presidente Fernando Collor não conseguiu apoio nem de sua bancada de sustentação, numa rara ocasião em que os partidos de esquerda estavam a favor da iniciativa.

O relator Jáder Barbalho registrou ainda que é rara no Congresso a apreciação de uma me-

da provisória antes de ser reeditada. Ele explicou que o projeto de lei de conversão é fruto do contraditório, "o que demonstra a validade da existência do Parlamento". E explicou que a matéria em votação atingia com a incidência do imposto progressivo todo ruralista que, em vez de produzir, apenas especula com o preço da terra.

Já o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que a aprovação da matéria só lhe deixava uma dúvida: "Como ficarão os proprietários de terra situados nas áreas de fronteira que ainda

não tiveram condições de torná-las produtivas?". O senador deseja que a esses desbravadores seja dado um prazo para que executem projetos técnicos de produção sem serem onerados nos impostos.

Também reconhecendo um avanço na aprovação do ITR, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou importante que se aumentasse a alíquota do imposto para o imóvel rural de exageradas proporções. Mas o Congresso decidiu aumentar o tributo apenas para as terras improdutivas.

## Como ficaram as modificações na cobrança do tributo

O projeto de lei de conversão aprovado ontem pelo Congresso Nacional deixa claro que, a partir de agora, quanto maior e menos produtiva a terra, maior a alíquota do ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) a incidir sobre ela.

O tributo não atingirá pequenas glebas rurais quando exploradas pelo agricultor e sua família, desde que este não possua outro imóvel. Mas incidirá sobre o imóvel declarado de interesse social para fins de reforma agrária, enquanto não transferida a propriedade, exceto se houver imissão prévia na posse.

Pequenas glebas, conforme

a lei aprovada, são imóveis de até 100 hectares, localizados na Amazônia ocidental ou no Pantanal mato-grossense ou sul-mato-grossense. São também os imóveis de até 50 hectares localizados no Polígono das Secas ou na Amazônia oriental. E os de até 30 hectares localizados em qualquer outro município.

A lei também dispõe que o ITR deverá ser pago anualmente e tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado fora de zona urbana em 1º de janeiro de cada ano. O imóvel que pertencer a mais de um município deverá ser enquadrado no município onde

fica sua sede e, se esta não existir, naquele em que se localiza a maior parte do imóvel.

Ficou decidido que o valor da terra nua (VTN) refletirá o preço de mercado da terra apurado em 1º de janeiro do ano a que se referir o Diat (Documento de Informação e Apuração do ITR) e será considerado auto-avaliação da terra a preço de mercado. A lei também vai considerar área utilizada o imóvel rural comprovadamente situado em zona de calamidade pública decretada pelo poder público, de que resulte frustração de safra e destruição de pastagem.

Administradora do ITR, a Secretaria da Receita Federal

poderá celebrar convênio com o Inbra, delegando-lhe atividade de fiscalização das informações sobre os imóveis rurais. Na execução da dívida ativa, a penhora recairá preferencialmente sobre o imóvel rural, que será usado na reforma agrária.

A concessão de incentivos fiscais e de crédito rural fica condicionada à comprovação pelo ruralista do recolhimento do ITR nos últimos cinco anos. A lei também determinou que o valor da terra nua para fins de depósito judicial na desapropriação do imóvel não poderá ser superior à cifra declarada para o pagamento do tributo.

# Para Osmar, aumento do ITR desestimula produção

*Senador alerta que taxaço de terras produtivas nada acrescentará aos cofres públicos, mas vai onerar pequenas e médias propriedades, expulsando os trabalhadores do campo*

O senador Osmar Dias (PR) disse, em pronunciamento na manhã de ontem, que a medida provisória que elevou as alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) deveria ter passado por uma discussão mais aprofundada, pois, a seu ver, a MP impõe "àqueles que realmente produzem neste país um imposto pesado demais". Para ele, o aumento do imposto desestimulará a produção, principalmente nas pequenas propriedades.

Na opinião do senador, taxar as terras produtivas "não vai acrescentar nada para a arrecadação do governo, mas vai significar muito para o produtor e para o modelo da pequena e média propriedade, que em regra é o que gera mais empregos".

- Se tomarmos 1,2% dos proprietários de terras em nosso país, terras improdutivas, chegaremos a uma área de 44% das terras do País. Se tomarmos 55% dos proprietários de terras produtivas, esses que vão ser taxados com um aumento de até 350% na alíquota, vamos chegar a uma área de apenas 2,7% - afirmou.

Osmar Dias destacou que o problema central da medida provisória do ITR é que, ao taxar a produção primária, amplia-se o desemprego no campo e na cidade. "Essa MP é um passo no caminho inverso. Globalizar a economia não é abrir as fronteiras do País e importar tudo, desestimulando, pela tributação ou pela importação desenfreada, a produção nacional. Isso tem expulsado um contingente enorme de mão-



Osmar Dias

de-obra do campo, que não tem encontrado oportunidade de trabalho nas cidades", alertou.

- Uma área de 50 hectares paga R\$ 8,00 por ano de imposto e, com o aumento, segundo a medida provisória, vai pagar R\$ 25,00. Se compararmos com o que existe nas economias mais desenvolvidas do mundo, veremos que lá se tributa a terra, mas não a produção. Aqui, todos os dias, sobre o prato de comida de cada cidadão, existem 25% de imposto, em alguns casos, até 32%. Lá não se taxa a produção, mas a terra. Aqui, tributa-se pesadamente a produção e iremos

taxar também o capital e a terra, inclusive a produtiva - acentuou.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) qualificou de "desconecta" a medida provisória do ITR. "Tudo isso acontece ao tempo em que o governo dá incentivos e garantias absurdas para as montadoras de automóveis. Elas não estão investindo no Brasil, mas estão ganhando incentivos e aportes de capital, que eliminam, da forma mais absurda, o risco do investimento", sustentou.

## Palmeira defende crédito com juros baixos

Providências que atendam às necessidades de crédito para a produção agrícola e agroindustrial do Nordeste e, em especial, de Alagoas foram pedidas pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), que nesse sentido fez apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e aos ministros da Agricultura, Arlindo Porto, e da Fazenda, Pedro Malan.

Segundo Guilherme Palmeira, é dramática a situação dos agricultores alagoanos, que não podem se valer do crédito oferecido pelo Banco do Brasil em razão do alto índice de inadimplência, "mas sobretudo em decorrência dos juros e taxas cobrados, inteiramente incompatíveis com uma atividade que não comporta a lucratividade exigida por esses juros".

- Para que se tenha uma idéia dos constrangimentos a que estão submetidos os produtores em relação ao crédito agrícola, um dado é mais ilustrativo e eloqüente: dos 450 mil hectares de



Guilherme Palmeira

cana hoje existentes em Alagoas, os financiamentos do Banco do Brasil cobriram apenas 6 mil hectares, o que equivale a apenas 1,3% da área plantada - afirmou o senador, ressaltando que existem recursos disponíveis, mas não alcançáveis pelos produtores.

Na opinião de Guilherme Palmeira, se esse estado de coisas perdurar, "o destino que nos espera não pode ser outro que o da desesperança, da intranquilidade e do desespero, que se traduzem por mais desemprego, mais pobreza e mais marginalização".

Para ele, o crédito agrícola, "privilegiado nas economias mais desenvolvidas do mundo", tem que levar em conta o interesse nacional e evitar o agravamento do êxodo rural.

Guilherme Palmeira, lembrando seu apoio "de forma irrestrita" à abertura econômica, disse que não pode aplaudir, no entanto, que esses avanços sejam pagos com a desorganização da atividade agroindustrial do Nordeste. A seu ver, os produtores rurais da região são "todos vítimas de um sistema de financiamento que gera insegurança, incerteza e intranquilidade".

- Estou certo de que este apelo não será em vão, à medida que parte daqueles que não têm negado o seu empenho, a sua colaboração e o seu auxílio para que a estabilidade econômica conseguida com o Plano Real se alicerce em fundamentos que são indispensáveis à prosperidade, à tranquilidade e à estabilidade do Brasil - afirmou.

# Cafeteira critica posição de Menem sobre Nordeste

*Declarações do presidente argentino contra incentivos a montadoras ferem soberania brasileira, segundo senador*

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), citando noticiário da imprensa, criticou ontem a posição do presidente da Argentina, Carlos Menem, contra a concessão, pelo governo brasileiro, de vantagens para a instalação de montadoras de veículos nas regiões Norte e Nordeste do País.

- Aqui, por tudo se louva o Mercosul, que tem sido apresentado como remédio para todos os males do Brasil. Porém, com essa declaração do Sr. Carlos Menem, estamos mostrando que nossa soberania está entrando pelo ralo, uma vez que o presidente da Argentina chega a dizer isso numa cidade do Nordeste - ressaltou.

Epitácio Cafeteira frisou



Epitácio Cafeteira

que não poderia deixar passar despercebida uma declaração dessa gravidade, pois, acrescentou, não será pelas relações estabelecidas com o Mercado Comum do Cone Sul que o Brasil deixará de exercer sua soberania. "Há muito tempo tenho colocado nesta Casa que o Nordeste tem sido afastado até mesmo da troca de mercadorias dos negócios feitos no País. Hoje somos escri-

vos deste Mercosul, que vem impondo o privilégio de algumas regiões, em detrimento de outras, prejudicando, acima de tudo, a Nação", afirmou.

- O Mercosul será muito bem-vindo à medida que nos ajuda-

dar. Porque, a ajudar os países que fazem parte desse mercado comum, preferível será que o governo privilegie os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde as condições estão realmente difíceis. Temos que, antes de tudo, encontrar uma maneira de eliminar as disparidades regionais, que estão se aprofundando com essas relações - alertou Cafeteira.



Geraldo Melo

## Melo quer que CRE examine as afirmações

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), diante da "gravidade" do episódio a que se referiu o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), sugeriu ontem à Mesa do Senado que "mande recolher cópias das declarações do presidente da Argentina", Carlos Menem, e as encaminhe à apreciação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

- Trata-se de um assunto grave e delicado que envolve relações com um país amigo e parceiro no Mercosul. Mas, ainda assim, entendendo que tais declarações (contra incentivos a montadoras no Norte e Nordeste) devem ser examinadas principalmente para evitar conflitos ou intrigas desnecessários - afirmou.

Para Melo, a análise do assunto pela comissão será uma forma de o Brasil não deixar passar em branco quaisquer eventuais afrontas à sua soberania.

## Joel de Hollanda destaca importância de proposta do MCT para o Nordeste

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) destacou ontem a importância da proposta de iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia denominada "Política Governamental de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Nordeste".

Segundo o senador, o plano compõe-se de dois projetos: *Informação a Serviço do Nordeste*, destinado a fortalecer a base de recursos humanos e da pesquisa para o fomento do emprego; e *Estudos para o Gerenciamento e Integração*

*das Bacias do Nordeste*, que se propõe a gerar conhecimentos técnicos e modelos capazes de consolidar a ope-



Joel de Hollanda

ração e o uso da água na região.

- O primeiro projeto é de uma abrangência tecnológica fundamental para a região,

porque objetiva a implantação de redes eletrônicas importantíssimas para o desenvolvimento da educação, da saúde, da oferta e demanda de serviços e para a geração de novos empregos, beneficiando 109 municípios - explicou.

Joel de Hollanda disse que o outro programa abre caminho para um novo enfoque sobre a política da água na região para o próximo milênio. "Este projeto engloba o estudo de 18 bacias, que cobrem uma área de 200 mil quilômetros quadrados, abrigando uma população de 10 milhões de habitantes", observou.

# Amorim contesta explicações de Jobim sobre desocupação de Serra Pelada

*Segundo senador, determinações do próprio ministro levaram juiz a requisitar forças federais para a retirada dos garimpeiros do local*



Pedro Simon

## Simon concorda com Marina sobre ética na utopia

A presença feminina no Senado está se fazendo sentir de forma cada vez mais profunda, disse ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao se referir à atuação das senadoras Benedita da Silva (PT-RJ), Marluce Pinto (PMDB-RR), Emília Fernandes (PTB-RS) e destacar, particularmente, a manifestação da senadora Marina Silva (PT-AC) que, conforme lembrou, em pronunciamento feito terça-feira, mostrou-se preocupada com o crescente desrespeito ao ser humano.

- A senadora Marina Silva não perdeu, no Senado da República, o sentimento e a singularidade de ver e compreender a alma popular - disse Pedro Simon, para quem a representante do estado do Acre "está angustiada com o sentimento de desrespeito humano que se manifesta em várias partes do mundo".

Ao comentar a tese defendida por Marina Silva de que todos devem abraçar "a utopia de evitar que a raça humana perca seu sentido ético", Simon se disse "solidário na ética, porque cada um de nós faz a sua parte". Segundo o senador, "o que ela disse é um sonho, uma utopia, mas seria bom que os 81 senadores pudessem sonhar".

- O mundo está distribuído por jovens e velhos, negros e brancos, chineses e japoneses, e cheio de gente de todas as raças, mas cada um deve e tem que fazer a sua parte. Nós somos os príncipes da Pátria e que, na utopia do mundo, tenhamos a ética - disse.

O senador Ernandes Amorim (RO) disse ontem que informações prestadas pelo ministro da Justiça, Nelson Jobim, perante o plenário do Senado, sobre a atuação do governo federal no despejo de garimpeiros em Serra Pelada, contradizem-se com as conclusões do relatório da comissão especial destinada a estudar o assunto.

De acordo com Ernandes Amorim, o ministro afirmou que as forças federais atuaram em atendimento a requisição feita pelo juiz de Curionópolis com o objetivo de evitar que os garimpeiros impedissem os trabalhos de pesquisa realizados pela Companhia Vale do Rio Doce. Entretanto, segundo o senador, documentos comprovam que o juiz agiu em cumprimento a determinações



Ernandes Amorim

do ministro.

- No dia em que as prisões foram planejadas e decretadas, providenciou-se a cobertura legal para a ação das forças federais que permitiram sua realização, esvaziando o movimento popular - afirmou o senador.

Segundo Ernandes Amorim, "ao contrário do que tem sido informado pelo governo", o Supremo Tribunal Federal nunca reconheceu o direito da Vale do Rio Doce em Serra Pelada. Ao invés disso, conforme o senador, o Supremo entendeu que

a Lei nº 7.159/83 retirou da companhia a concessão sobre os 100 hectares onde se situa o garimpo.

Para Amorim, o Supremo já deixou claro que, se o Executivo quiser autorizar a exploração da jazida de ouro de Serra Pelada, tem que dar preferência à cooperativa de garimpeiros, em obediência ao artigo 174 da Constituição. Ele atribui a confusão a um parecer aprovado pelo presidente da República em 1992.

- A aprovação do Presidente a um parecer vale mais que uma lei aprovada no Congresso, se o Congresso não souber se fazer respeitar - lamentou o senador, na convicção de que "se inventou aquele parecer, em 1992, para contornar a preferência determinada pela Constituição".

## Silva Jr. elogia co-gestão na política cafeeira

O senador Silva Júnior (PMDB-PB), que também é presidente da Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic), afirmou ontem que a criação do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), em outubro deste ano, abre ótimas perspectivas para a cafeicultura do País.

Instituído para gerar estratégias e políticas básicas de produção, abastecimento, comercialização e marketing com vistas à melhoria da qualidade, produtividade e competitividade internacional do café brasileiro, o CDPC é, a seu ver, um elo entre o setor público e o privado. Trata-se, segundo ele, de "uma proposta inédita de co-gestão não só para o Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé), mas para o estabelecimento de uma firme política



Silva Júnior

para o café do Brasil".

Conforme o senador, o CDPC tem condições de tornar factível a meta do setor cafeeiro de investir numa safra de 35 milhões de sacas e atender à expectativa industrial de atingir um consumo interno de 15 milhões de sacas no ano 2000.

Silva Jr. salientou que o novo órgão nasce avesso a práticas e vícios de décadas passadas, pois não implicará a criação de um único cargo remunerado, nem a requisição de funcionários ou despesas de manutenção. Nes-

se sentido, o CDPC não surge no lugar do Instituto Brasileiro do Café (IBC), extinto em 1990 pelo governo Collor, afirmou.

Em aparte, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) cumprimentou Silva Jr. "por tratar de assunto tão relevante para a economia nacional". O senador Elcio Alves (PFL-ES), por sua vez, disse que o Brasil não tem usado o seu potencial cafeeiro na relação com o mercado internacional e que o conselho criado pelo governo para o setor deve ser instalado imediatamente. Já o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que "o café é o setor da agricultura que mais emprega e mais arrecada, e com uma política de incentivo ao consumo o Brasil pode obter melhor preço nos mercados interno e externo".

# Simon propõe administração coletiva do Senado

Assuntos como realização de obras e aquisição de equipamentos seriam decididos em conjunto pelos 81 senadores, em sessão fechada, segundo proposta do representante gaúcho



Ontem, os senadores membros participaram da última reunião do ano da CCJ

## CCJ acata indicação de almirante para o cargo de ministro do STM

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável à indicação do nome do almirante-de-esquadra Domingos Alfredo Silva para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Mili-

tar, em vaga decorrente da aposentadoria do ministro Luiz Leal Ferreira. A mensagem de iniciativa do Executivo foi relatada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Antes da votação, Domingos Alfredo foi submetido a sabatina. O presi-

dente da CCJ, senador Iris Rezende (PMDB-GO), comunicou que apresentaria requerimento pedindo a suspensão de interstício para que a indicação possa ser votada de imediato pelo plenário. Esta foi a última reunião da comissão em 1996.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a defender ontem a aprovação de projeto de sua autoria que prevê a realização de uma sessão plenária por mês, a portas fechadas, destinada à definição sobre questões administrativas. Simon quer que os 81 senadores, e não apenas a Mesa, decidam sobre assuntos como realização de obras e aquisição de equipamentos.

Em seu discurso, Simon citou, entre outros exemplos, a instalação de novos equipamentos para votação no plenário. O senador reclamou de não ter sido informado sobre as modificações realizadas.

Na presidência dos trabalhos, Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse que não é necessária consulta ao plenário para a realização de reformas, esclarecendo ainda que os novos equipamentos colocados sobre as bancadas dos senadores visam a modernizar a votação em plenário. Ele explicou que a Mesa Diretora administra o Senado por delegação do plenário.

Em aparte, Ernandes Amorim (RO) manifestou seu apoio à posição de Simon e afirmou acreditar que muitas vezes são gastos recursos de forma desnecessária, enquanto os salários dos senadores continuam fixados em um patamar muito baixo.

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES

JÚLIO CAMPOS, LEVY DIAS E LÚDIO COELHO

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna  
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo – Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa – José do Carmo Andrade  
■ Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação – Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
■ Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig e Líder que saem de Brasília

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal